

CAPITALISMO E SOCIEDADE RURAL NA ALEMANHA¹

De todas as comunidades, a constituição social dos distritos rurais é a mais individual e a que mantém relação mais íntima com determinados fatos históricos. Não seria razoável falarmos coletivamente das condições rurais da Rússia, Irlanda, Sicília, Hungria e a Faixa Negra.² Mesmo que eu me limite aos distritos com culturas capitalistas desenvolvidas, não será possível tratar o assunto de um ponto de vista comum, pois não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana social, no presente, em grande parte do mundo civilizado. Já não existe na Inglaterra, exceto, talvez, na imaginação dos sonhadores. O proprietário constante do solo, o dono da terra, não é um agricultor, mas um arrendador; e o dono temporário de uma propriedade, o arrendatário ou ocupante, é um empresário, um capitalista como qualquer outro. Os trabalhadores são parcialmente temporários e migrantes; o resto são trabalhadores exatamente da mesma classe dos outros proletários; reúnem-se durante algum tempo e em seguida se dispersam novamente. Se há um problema social rural específico, ele é apenas o seguinte: se, e como, a comunidade rural ou sociedade, que já existe, pode surgir novamente de modo a ser forte e duradoura.

Nos Estados Unidos, pelo menos nas enormes áreas produtoras de cereais, o que poderia ser chamado de "sociedade rural" não existe hoje. A velha cidade da Nova Inglaterra, a aldeia mexicana e a antiga plantação escravista não mais determinam a fisionomia do interior. As condições peculiares dos primeiros aldeamentos nas florestas primárias, nos prados, desapareceram. O fazendeiro americano é um empresário como qualquer outro. Sem dúvida, são numerosos os seus

1 Adaptado de uma tradução (para o inglês) de C. W. Seidenadel. "The Relations of the Rural Community to other Branches of Social Science", *Congress of Arts and Science, Universal Exposition, St. Louis* (Boston e Nova York, Houghton-Mifflin, 1906), vol. VII, pp. 725-46.

2 O sul dos Estados Unidos. (N. do T.)

problemas, principalmente os de caráter técnico ou relacionados com o transporte, que tiveram seu papel na política e foram examinados, de forma excelente, pelos estudiosos americanos. Mas não existem ainda na América problemas sociais rurais específicos, e na verdade não existiu tal problema desde a abolição da escravidão e a solução da questão de aproveitar e dispor de uma área imensa que estava nas mãos da União. Os presentes e difíceis problemas sociais do sul, também nos distritos rurais, são essencialmente étnicos, e não econômicos. Não podemos estabelecer uma teoria da comunidade rural como uma formação social característica à base de questões relacionadas com a irrigação, tarifas ferroviárias, leis sobre terras etc., por mais importantes que tais assuntos sejam. A situação pode modificar-se no futuro. Mas, se há alguma característica das condições rurais dos grandes Estados produtores de trigo da América, ela é — falando em termos gerais — o individualismo econômico absoluto do agricultor, a sua qualidade como simples homem de negócios.

Talvez seja proveitoso explicar, rapidamente, sob que aspectos e por que razões tudo isso é diferente no continente europeu. A diferença é provocada pelos efeitos específicos do capitalismo nos velhos países civilizados, com populações densas.

Se uma nação como a Alemanha mantém seus habitantes, cujo número é apenas um pouco menor do que a população branca dos Estados Unidos, num espaço territorial menor que o Estado do Texas; se ela fundou e está disposta a manter sua posição política e a importância de sua cultura para o mundo nessa base estreita, limitada — então a forma pela qual a terra é distribuída torna-se de importância decisiva para a diferenciação da sociedade e para todas as condições econômicas e políticas do país. Devido à maior aglomeração dos habitantes e menor valorização da força de trabalho bruta, a possibilidade de adquirir rapidamente propriedades que não foram herdadas é limitada. Assim, a diferenciação social torna-se necessariamente fixa — e desse destino os Estados Unidos estão começando a se aproximar. Tal destino aumenta o poder da tradição histórica, que é naturalmente grande na produção agrícola.

A importância das revoluções técnicas na produção agrícola é reduzida pela chamada “lei da produtividade decrescente da terra”, pelos limites e condições naturais de produção, que são mais fortes, e pela limitação mais constante da qualidade e quantidade dos meios de produção. Apesar do progresso técnico, a produção rural pode ser revolucionada pela divisão e combinação puramente racionais do trabalho, pela aceleração da movimentação do capital e pela colocação de matérias-primas inorgânicas e meios mecânicos de produção em lugar das matérias-primas orgânicas e da força de trabalho. O poder da tradição predomina, inevitavelmente, na agricultura; cria e mantém tipos de população rural no continente europeu que já não existem num

país novo, como os Estados Unidos; a esses tipos pertence, em primeiro lugar, o camponês europeu.

Ele é totalmente diferente do agricultor da Inglaterra ou da América. O primeiro é hoje, por vezes, um empresário e produtor notável para o mercado; quase sempre alugou a sua propriedade. O fazendeiro americano é um agricultor que habitualmente adquiriu, pela compra ou por ser o primeiro colonizador, a terra como sua propriedade pessoal; mas por vezes a aluga. Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus produtos excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com o seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando ao lucro.

Até a época da Revolução Francesa, o camponês europeu era considerado apenas o meio de manutenção de certas classes dominantes. Seu primeiro dever era proporcionar, o mais barato possível, alimento à cidade vizinha. Na medida do possível, a cidade proibia o comércio rural e a exportação de cereais enquanto seus próprios cidadãos não estivessem abastecidos. A situação perdurou até fins do século XVIII. A manutenção artificial das cidades, a expensas do interior, foi também um princípio seguido pelos príncipes, que desejavam ter dinheiro em seus respectivos países e grandes receitas de tributos. Além disso, pelos seus serviços e pelo pagamento dos impostos, o camponês estava condenado a manter o dono da terra, que possuía a propriedade superior da terra e com freqüência também o direito de explorar o corpo do camponês. Essa situação existiu até as revoluções de 1789 e 1848. Os deveres dos camponeses incluíam o pagamento de tributos sobre a propriedade ao senhor político. O cavaleiro estava isento disso. O camponês também tinha de abastecer os exércitos com recrutas, dos quais as cidades estavam isentas. Essas condições vigoraram até que os privilégios tributários foram extintos e o serviço militar tornou-se compulsório para todos, no século XIX. Finalmente, o camponês dependia da comunidade produtiva em que a colonização semicomunista o havia colocado, dois mil anos antes. Não podia fazer o que queria, mas o que a primitiva rotação das colheitas determinava, condições que continuaram a existir até que esses laços semicomunistas se dissolveram. Mesmo depois da abolição de toda essa dependência legal, o camponês não se pôde tornar um pequeno agricultor que produzia racionalmente, como ocorreu, por exemplo, com o seu colega americano.

Numerosas relíquias das antigas condições comunistas de florestas, água, pastos e até mesmo terra cultivável, que uniram os camponeses e os prenderam às formas de administração que lhes foram trans-

mitidas, sobreviveram à sua libertação. A aldeia, com os contrastes característicos com a colonização individual dos fazendeiros americanos, também sobreviveu. A essas relíquias do passado, que a América jamais conheceu, certos fatores foram acrescentados hoje. Os Estados Unidos experimentarão também, algum dia, os efeitos de tais fatores — os efeitos do capitalismo moderno sob as condições dos velhos países civilizados, completamente colonizados. Na Europa, o território limitado provoca uma valorização social específica da propriedade da terra, e a tendência a conservá-la, por legado, na família. A superabundância da força de trabalho diminui o desejo de poupar a mão-de-obra com o uso de máquinas. Em virtude da migração para as cidades e países estrangeiros, a força de trabalho na Europa tornou-se limitada e cara. Por outro lado, o alto preço da terra, provocado pelas compras contínuas e pelas divisões hereditárias, diminui o capital do comprador. Não é possível ganhar, hoje, uma fortuna na agricultura, na Europa. E o período em que isso vem sendo possível nos Estados Unidos está agora se aproximando do seu término. Não devemos esquecer que a fermentação da cultura capitalista moderna está ligada ao consumo incessante dos recursos naturais, para os quais não há substitutos. É difícil determinar por quanto tempo durará o atual suprimento de carvão e minério. A utilização de novas terras agrárias terá atingido, sem demora, um fim na América; na Europa, já não existe. O agricultor não pode esperar ganhar mais do que um equivalente modesto de seu trabalho como administrador. Ele está, na Europa e também em grande parte neste país, excluído da participação nas grandes oportunidades abertas ao talento comercial especulativo.

O ímpeto da moderna competição capitalista choca-se com uma corrente conservadora adversa na agricultura, sendo exatamente o capitalismo ascendente que aumenta essa contracorrente nos velhos países civilizados. O uso da terra como investimento de capital, e a taxa decrescente de juro, juntamente com a valorização social tradicional das terras rurais, elevam o seu preço a tal altura que ele é pago sempre *au fonds perdu*, ou seja, como *entré*, como um pagamento pelo ingresso nessa camada social. Assim, aumentando o capital necessário às operações agrícolas, o capitalismo provoca um aumento no número de arrendadores de terra que são ociosos. Dessa forma, produzem-se efeitos contrastantes peculiares ao capitalismo, que dão ao interior da Europa a aparência de uma “sociedade rural” à parte. Nas condições dos velhos países civilizados, as diferenças provocadas pelo capitalismo adquirem o caráter de uma luta cultural. Duas tendências sociais fundamentadas em bases totalmente heterogêneas lutam uma com a outra.

A velha ordem econômica indagava: como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor

número de trabalhadores? Do ponto de vista técnico-econômico, os velhos aldeamentos rurais da região são, portanto, considerados superpovoados. O capitalismo arranca o produto de sua terra, das minas, fundições e indústrias de máquinas. Os milhares de anos do passado lutam contra a invasão do espírito capitalista.

Essa luta assume, pelo menos em parte, a forma de um período de transformação pacífico. Em certos pontos de produção agrícola, o pequeno camponês, se souber como libertar-se das cadeias de tradição, pode adaptar-se às novas condições de administração. O aumento constante do arrendamento, nas vizinhanças das cidades, a elevação dos preços da carne, laticínios, verduras, bem como o cuidado intensivo do gado novo, possível ao pequeno agricultor que trabalha por conta própria, e as despesas maiores com a contratação de homens — esses fatores habitualmente constituem oportunidades muito favoráveis para o pequeno agricultor que trabalha sem auxiliares contratados próximo dos centros industriais abastados. Isso ocorreu sempre que o processo de produção se desenvolveu na direção de uma crescente intensidade do trabalho, e não do capital.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo seu interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica, que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente.

O grande êxito da formação de cooperativas entre os pequenos agricultores da Europa continental deve ser atribuído a essas vantagens peculiares que, em certos ramos de produção, o pequeno agricultor responsável possui em relação ao trabalhador contratado do grande fazendeiro. Essas cooperativas revelaram-se como o meio mais influente para educar o camponês na agricultura. Através delas, criaram-se novas comunidades agrícolas, que unem os camponeses e dirigem seu raciocínio e seu sentimento econômico numa direção contrária à forma individualista que a luta econômica pela existência toma na indústria, sob a pressão da concorrência. E isso só é possível devido à grande importância das condições naturais de produção na agricultura — o fato de estar presa ao lugar, ao tempo e aos meios orgânicos de trabalho — e à visibilidade social de todas as operações agrícolas que enfraquecem a eficiência da concorrência entre os agricultores.

Quando não existem as condições de superioridade econômica específica da pequena agricultura, por ser a importância qualitativa do trabalho feito pelo próprio dono substituída pela importância do capital, o velho camponês luta pela sua existência como um assalariado do capital. É a alta valorização social do dono da terra que faz dele

um súdito do capital e o prende psicologicamente à gleba. Devido à diferenciação econômica e social mais forte de um país antigo e civilizado, a perda da propriedade significa degradação para o camponês. A sua luta pela existência torna-se, com freqüência, uma seleção econômica em favor do mais frugal, o que significa a escolha dos elementos mais carentes em cultura. A pressão da concorrência agrícola não é sentida pelos que usam seus produtos, no consumo pessoal, e não como objetos de comércio; vendem apenas alguns de seus produtos e portanto só podem comprar uns poucos produtos feitos por terceiros. Por vezes ocorre um retrocesso parcial para uma agricultura de subsistência. Somente com o “sistema de dois filhos” francês pode o camponês manter-se durante gerações como pequeno proprietário de terra herdada. Os obstáculos que enfrenta o camponês que deseja tornar-se um agricultor moderno levam à separação entre a propriedade e a administração. O dono da terra pode manter seu capital em operação, ou retirá-lo. Em algumas áreas, o governo procura criar um equilíbrio entre a propriedade e o arrendamento. Mas, devido à valorização da terra, o camponês não pode permanecer como camponês nem tornar-se um dono de terras capitalista.

Não é possível falar de uma “luta” verdadeira entre o capitalismo e o poder da influência histórica, neste caso de conflito crescente entre o capital e a propriedade da terra. Trata-se, em parte, de um processo de seleção e em parte de um processo de corrupção. Predominam condições muito diferentes não só onde uma multidão não-organizada de camponeses se vê impotente nas cadeias das entidades financeiras das cidades, mas também quando há uma camada aristocrática acima dos camponeses, que não luta apenas pela sua existência econômica, mas também pela posição social que, durante séculos, lhe foi concedida. Isso acontece especialmente onde essa aristocracia não está presa ao país por interesses exclusivamente financeiros, como o dono de terras inglês, ou apenas pelos interesses recreativos e esportivos, mas quando os seus representantes estão envolvidos, como agricultores, no conflito econômico e têm ligação íntima com o país. Os efeitos dissolventes do capitalismo são, com isso, aumentados. Como a propriedade da terra dá posição social, os preços das grandes propriedades superam o valor de sua produtividade. Byron perguntava do senhor de terras: “Por que Deus na sua ira o criou?”. A resposta é: “Rendas! Rendas! Rendas!”. E na verdade as rendas são a base econômica de todas as aristocracias que necessitam de uma renda não-proveniente do trabalho para a sua existência. Mas precisamente porque o *Junker* prussiano despreza a posse urbana do dinheiro, o capitalismo o transforma num devedor. Uma tensão cada vez maior entre a cidade e o campo resulta dessa situação. O conflito entre o capitalismo e a tradição tem agora conotações políticas, pois se o poder econômico e político passa definitivamente para as mãos do capitalista urbano surge a questão de se os

pequenos centros rurais de informação política, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política, social e estética, ocuparão todo o campo de batalha. Essa questão é idêntica à questão de se as pessoas que foram capazes de viver para a política e o Estado, como por exemplo a velha aristocracia agrária econômica independente, serão substituídas pelo domínio exclusivo dos políticos profissionais que devem viver da política e do Estado.

Nos Estados Unidos esse problema foi resolvido, pelo menos no presente, por uma das mais sangrentas guerras dos tempos modernos, que terminou com a destruição dos centros aristocráticos, sociais e políticos dos distritos rurais. Mesmo na América, com as suas tradições democráticas vindas desde o puritanismo como um legado perene, a vitória sobre a aristocracia dos plantadores foi difícil e conquistada com os maiores sacrifícios sociais e políticos. Mas, em países de civilizações antigas, a questão se complica muito mais, pois ali a luta entre o poder das noções históricas e a pressão dos interesses capitalistas convoca certas forças sociais à batalha, como adversárias do capitalismo burguês. Nos Estados Unidos, essas forças eram parcialmente desconhecidas, ou se colocavam em parte ao lado do norte. Devemos fazer aqui algumas observações.

Nos países de civilização antiga e possibilidades limitadas de expansão econômica, o interesse financeiro e seus representantes têm um papel social consideravelmente menor do que num país novo. A importância da camada dos funcionários estatais é, e deve ser, muito maior na Europa do que nos Estados Unidos. A organização social muito mais complicada torna indispensável na Europa um grande número de funcionários especializados, de cargo vitalício. Nos Estados Unidos, haverá um número muito menor deles, mesmo depois que os movimentos de reforma do serviço público tenham alcançado seus objetivos. O jurista e o funcionário administrativo na Alemanha, apesar de sua educação mais rápida e mais intensiva, no preparo para a universidade, tem cerca de trinta e cinco anos quando seu período de preparo e sua atividade não-remunerada é concluída e ele consegue um cargo lucrativo. Portanto, só pode sair dos círculos abastados; é preparado para um serviço não-remunerado, ou mal remunerado, e só pode encontrar recompensa pelo seu trabalho na alta posição social de sua vocação. Adquire, com isso, um caráter que está longe dos interesses financeiros e que o coloca ao lado dos adversários do domínio desses interesses. Se em velhos países civilizados, como a Alemanha, surgir a necessidade de um exército forte para manter a independência, isto significará, para as instituições políticas, o apoio a uma dinastia hereditária.

O adepto resoluto das instituições democráticas — como eu — não pode desejar afastar a dinastia, quando ela foi preservada. Nos

Estados militares, se ela não é a única forma historicamente endossada pela qual o domínio cesarista dos arrivistas militares pode ser evitado, ela ainda é a melhor forma. A França está continuamente ameaçada por esse domínio; as dinastias têm interesse pessoal na preservação dos direitos e de um governo legal. A monarquia hereditária — podemos julgá-la teoricamente, se desejarmos — assegura ao Estado, que é forçado a ser um Estado militar, a maior liberdade para os cidadãos — tão grande quanto seja possível numa monarquia — e, enquanto a dinastia não se degenera, terá o apoio da maioria política do país. O parlamento inglês sabia muito bem por que oferecia a Cromwell a coroa, e o exército deste sabia igualmente bem por que o impediu de aceitá-la. Essa dinastia hereditária, privilegiada, tem uma afinidade com os detentores dos outros privilégios sociais.

A Igreja pertence às forças conservadoras nos países europeus; primeiro, a Igreja Católica Romana, que, na Europa, devido mesmo ao seu grande número de adeptos, é um poder de importância e caráter muito diferentes do que possui nos países anglo-saxões; mas também a Igreja Luterana. Ambas apóiam o camponês, com seu modo de vida conservador, contra o domínio da cultura urbana racionalista. O movimento cooperativo rural tem, em acentuadas proporções, a direção de clérigos, que são os únicos capazes de liderança nos distritos rurais. Os pontos de vista eclesiástico, político e econômico estão, no caso, combinados entre si. Na Bélgica, as cooperativas rurais são um meio que o partido clerical tem na luta contra os socialistas, apoiados pelas uniões dos consumidores e pelos sindicatos. Na Itália, quase ninguém tem crédito em certas cooperativas se não apresentar uma certidão de religião. Da mesma forma, uma aristocracia agrária encontra grande apoio da Igreja embora a Igreja Católica seja, nos aspectos sociais, mais democrática hoje do que antigamente. A Igreja vê com satisfação as relações de trabalho patriarcais porque, ao contrário das relações puramente comerciais criadas pelo capitalismo, elas têm um caráter pessoal humano. A Igreja acredita que as relações entre um senhor e um servo, e não as simples condições comerciais criadas pelo mercado de trabalho, podem ser desenvolvidas e dotadas de um elemento ético. Os contrastes profundos e condicionados historicamente, que sempre separaram o catolicismo e o luteranismo do calvinismo, fortalecem essa atitude anticapitalista das igrejas européias.

Finalmente, num velho país civilizado, a “aristocracia da educação”, como gosta de ser chamada, constitui uma camada definida da população, sem interesses pessoais na economia. Vê, por isso, a proclamação triunfal do capitalismo com mais ceticismo e a crítica com mais violência do que acontece, natural e justamente, em países como os Estados Unidos.

Quando a educação intelectual e estética se torna uma profissão, seus representantes ligam-se, através de uma afinidade íntima, com

todos os portadores da velha cultura social, porque para eles, como para seus protótipos, sua profissão não pode e não deve ser uma fonte de lucro imerecido. Vêm com desconfiança a abolição das condições tradicionais da comunidade e a aniquilação de todos os numerosos valores éticos e estéticos que se apegam a essas tradições. Duvidam que o domínio do capital possa dar garantias melhores e mais duradouras do que a aristocracia do passado à liberdade pessoal e ao desenvolvimento da cultura intelectual, estética e social que eles representam. Só desejam ser governados pelas pessoas cuja cultura social consideram equivalente à sua; preferem, portanto, o domínio da aristocracia economicamente independente ao governo do político profissional. Assim, ocorre hoje nos países civilizados — fato sério, sob mais de um aspecto, e peculiar — que os representantes dos mais altos interesses da cultura voltam para trás o seu olhar e com profunda antipatia se opõem à evolução inevitável do capitalismo, recusam-se a cooperar na criação da estrutura do futuro. Além disso, as massas disciplinadas de trabalhadores, criadas pelo capitalismo, inclinam-se naturalmente a unir-se num partido de classe, se já não houver novos distritos para colonização e se o trabalhador tiver consciência de ser forçado a continuar inevitavelmente proletário, enquanto viver, o que ocorrerá mais cedo ou mais tarde também neste país, ou já aconteceu. O progresso do capitalismo não é retardado por isso; as possibilidades que o trabalhador tem de conseguir poder político são insignificantes. Não obstante, elas enfraquecem o poder do burguês e fortalecem o poder dos adversários aristocráticos dos burgueses. A queda do liberalismo burguês alemão baseia-se na eficiência desses motivos conjuntos.

Assim, nos países antigos, onde existe uma comunidade rural aristocraticamente diferenciada, surge um complexo de problemas sociais e políticos. O americano tem dificuldade em compreender a importância das questões agrárias no continente europeu, especialmente na Alemanha, e mesmo na política alemã. Chegará a conclusões totalmente erradas se não tiver presentes esses grandes complexos. Uma combinação peculiar de motivos se faz sentir nesses países antigos e explica o desvio entre as condições européias e americanas. Além da necessidade de forte preparo militar, há essencialmente dois fatores: primeiro, algo que não existiu jamais na maior parte da América e que pode ser designado como “atraso”, ou seja, a influência de uma forma mais antiga de sociedade rural, que está desaparecendo gradualmente. O segundo grupo de circunstâncias que ainda não se tornaram efetivas na América, mas às quais esse país — tão entusiasmado com cada milhão de aumento em sua população e com a ascensão do valor da terra — estará inevitavelmente exposto, exatamente como ocorreu com a Europa, é a densidade da população, o alto valor da terra, a mais acentuada diferenciação de ocupações e as condições peculiares que disso resultam. Em todas essas condições, a comunidade

rural dos velhos países civilizados enfrenta o capitalismo, juntamente com a influência de grandes forças políticas e sociais só conhecidas nos países antigos. Ainda hoje, sob essas circunstâncias, o capitalismo produz na Europa efeitos que só serão provocados na América no futuro.

Em consequência de todas essas influências, o capitalismo europeu, pelo menos no continente, teve um caráter autoritário peculiar, que contrasta com a igualdade de direitos do cidadão e que é, habitualmente, considerada de forma diferente pelos americanos. Essas tendências autoritárias e os sentimentos anticapitalistas de todos os elementos da sociedade continental, que mencionei, encontram apoio social no conflito entre a aristocracia agrária e a burguesia urbana. Sob a influência do capitalismo, a primeira sofre uma série de transformações internas, que lhe modificam totalmente o caráter herdado do passado. Gostaria de mostrar como isso ocorreu no passado e como continua a ocorrer no presente, usando o exemplo da Alemanha.

Há contrastes acentuados na estrutura social rural da Alemanha que nenhum viajante deixa de observar: no oeste e no sul, o aldeamento rural torna-se mais denso, predominam os pequenos agricultores, e a cultura torna-se mais dispersa e variada. Quanto mais para o leste avançamos, especialmente para o nordeste, tanto mais extensos são os campos de cereais, beterrabas e batatas, tanto mais predomina o cultivo intensivo e tanto mais uma grande classe rural de trabalhadores rurais sem propriedades se opõe à aristocracia agrária. Essa diferença é de grande importância.

A classe dos proprietários de terra na Alemanha, constituída principalmente de nobres que residem na região leste do Elba, é a controladora política do principal Estado alemão. A Câmara dos Lordes prussiana representa esta classe, e o direito de eleição por classes também lhe dá uma posição decisiva na Câmara dos Deputados prussiana. Esses *Junkers* transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos e à diplomacia alemã, que está quase exclusivamente nas mãos dos nobres. O estudante alemão adota o estilo de vida dessas classes, nas associações estudantis das universidades. O "oficial da reserva" civil — uma parte cada vez maior dos alemães mais bem-educados pertence a essa categoria — também sofre a sua influência. Suas simpatias e antipatias políticas explicam muitas das pressuposições mais importantes da política externa alemã. Seu obstructionismo impede o progresso da classe trabalhadora; as indústrias, sozinhas, jamais serão bastante fortes para se opor aos trabalhadores, sob os direitos democráticos de eleger representantes para o Reichstag alemão. Os *Junkers* são os esteios de um protecionismo que a indústria, isolada, não poderia realizar. Apóiam a ortodoxia na Igreja oficial. O estrangeiro vê apenas o lado exterior da Alemanha e não tem tempo nem oportunidade de penetrar na essência da cultura alemã. Os remanescentes das condições autoritárias que lhes causam surpresa e

provocam opiniões errôneas, no estrangeiro, sobre a Alemanha, resultam direta ou indiretamente da influência dessas classes superiores. Muitos dos mais importantes contrastes de nossa política interna baseiam-se nessa diferença entre as estruturas sociais rurais do leste e do oeste. Como essa diferença nem sempre existiu, surge a pergunta: como pode ser ela explicada historicamente?

Há cinco séculos, os senhores de terras dominavam a estrutura social dos distritos rurais. Por mais variadas que tivessem sido as condições de dependência do camponês, provocadas por essa situação, e por mais complicada que fosse a estrutura da sociedade rural, num aspecto predominou a harmonia nos séculos XIII e XIV: as possessões, habitualmente enormes, do senhor feudal não estiveram associadas, nem mesmo no leste, a um amplo cultivo da terra. Embora o senhor de terras cultivasse parte de sua propriedade, essa parte era apenas um pouco maior do que os campos cultivados dos camponeses. A maior parte da renda do senhor dependia dos tributos sobre os camponeses. Uma das questões mais importantes da história social alemã é como o acentuado contraste de hoje surgiu, partindo dessa relativa uniformidade.

A propriedade exclusiva da terra foi revogada em princípios do século XIX, em parte devido à Revolução Francesa ou às idéias por ela disseminadas, e em parte devido à Revolução de 1848. A divisão dos direitos de propriedade da terra entre nobres e camponeses foi abolida, os tributos e taxas sobre os camponeses foram revogados. As brilhantes investigações do professor G. F. Knapp e sua escola mostraram como foi decisiva, para o tipo de constituição agrária que se originou então e ainda existe, a pergunta: como foi dividida a propriedade, entre os antigos senhores e os camponeses, depois de desaparecida a comunidade senhorial? No oeste e sul, em sua maior parte a terra passou às mãos dos camponeses (ou continuou em suas mãos). Mas, no leste, uma parte muito grande caiu nas mãos dos antigos senhores dos camponeses, os senhores feudais, que estabeleceram o cultivo intensivo com trabalhadores livres. Mas isto foi apenas a consequência do fato de que a uniformidade da sociedade agrária havia desaparecido antes da emancipação dos camponeses. A diferença entre o oeste e o leste foi confirmada, mas não criou tal processo. Em seus pontos principais, a diferença existiu desde o século XVI, tendo crescido constantemente a partir de então. A propriedade senhorial da terra sofrera modificações internas antes da dissolução da propriedade senhorial.

Em toda parte, no leste e oeste, o esforço dos senhores de terras para aumentar suas rendas foi o fator motivante. Esse desejo surgira da invasão do capitalismo, da crescente riqueza dos moradores da cidade e da crescente oportunidade de vender produtos agrícolas. Algumas das transformações realizadas no oeste e no sul datam do século XIII e, no leste, do século XV. Os senhores de terras buscaram alcançar

seus objetivos de modo característico. No sul e oeste, continuaram como senhores de terra (*Grundherren*), isto é, aumentaram as taxas de arrendamento, juro e os tributos dos camponeses, mas não se dedicaram ao cultivo. No leste tornaram-se senhores (*Gutsherren*) que cultivavam suas terras; apropriaram-se de partes da terra dos camponeses (os enclaves) e, buscando assim maiores propriedades para si mesmos, tornaram-se agricultores, usando os camponeses como servos para trabalhar no seu próprio solo. O cultivo intensivo existiu no leste — mas em pequenas proporções e com o trabalho dos servos — antes mesmo da emancipação dos camponeses; mas não no oeste. Ora, o que provocou essa diferença?

Quando essa questão foi discutida, deu-se muita importância à conduta do poder político; na verdade, esse poder foi muito aumentado na formação da sociedade agrária. Como o cavaleiro estava isento dos tributos o camponês era o único, no interior, que os pagava. Quando se criaram os exércitos permanentes, os camponeses forneceram os recrutas. Isso, juntamente com alguns pontos de vista do comercialismo, induziu o Estado territorial a proibir os enclaves, por edito, ou seja, a apropriação da terra dos camponeses pelos senhores, e, daí, a proteger as propriedades camponesas existentes. Quanto mais forte era o governante do país, tanto maior o seu êxito; quanto mais poderoso era o nobre, tanto menor o êxito do governante. Assim sendo, as diferenças da estrutura agrária no leste baseavam-se, em grande parte, nessas condições do poder. Mas no oeste e sul vemos que, apesar da maior fraqueza de muitos Estados e da indubitável possibilidade de apropriar-se da terra dos camponeses, o senhor nem mesmo tentou fazê-lo. Não revelou nenhuma tendência de privar o camponês de seus bens, de cultivar a terra em grandes proporções e tornar-se agricultor também ele. Também não constituiu razão decisiva a evolução dos direitos do camponês ao solo. No leste, grande número de camponeses que, originalmente, tinham bons títulos de propriedade da terra, desapareceu; no oeste, os que dispunham de títulos menos favoráveis foram preservados, porque os senhores de terras não desejavam afastá-los.

A questão decisiva é, portanto: como foi que o dono de terras do sul e oeste da Alemanha, embora tivesse ampla oportunidade de apropriar-se das terras dos camponeses, não o fez, enquanto os do leste tomaram as terras dos camponeses, apesar da resistência do poder estatal? Essa pergunta pode ser formulada de modo diverso. Quando o senhor agrário do oeste renunciou à tomada das terras dos camponeses, não renunciou à sua utilização como fonte de renda. A diferença entre o leste e o oeste, quanto a isso, é simplesmente a de que o senhor do oeste usou os camponeses como contribuintes, enquanto o do leste, tornando-se agricultor, começou a usá-los como força de trabalho. Portanto, devemos indagar: por que aconteceu uma coisa no leste e outra no oeste?

Tal como ocorreu com a maioria dos fatos históricos é pouco provável que possamos atribuir a uma única razão a causa exclusiva dessa conduta diferente dos senhores de terras, pois nesse caso a teríamos encontrado em fontes documentadas. Entretanto, uma longa série de fatores causais foi acrescentada como explicação, principalmente pelo professor Von Below, numa investigação clássica, em seu trabalho *Territorium und Stadt*. A tarefa só pode ser a de ampliação dos pontos de vista, especialmente pelas considerações econômicas. Vejamos em que pontos as condições do senhor de terras do leste e do oeste diferiram quando tentaram arrancar de seus camponeses mais do que os tributos tradicionais.

O início de operações amplas foi facilitado, para os senhores do leste, pelo fato de que sua condição de senhoria agrária, bem como a patrimonialização das autoridades públicas, cresceram no solo da velha liberdade do povo. O leste, por outro lado, era um território de colonização. A estrutura social patriarcal eslavônica fora invadida pelo clero alemão, em consequência da sua educação superior, pelos comerciantes e artesãos alemães em consequência de sua habilidade técnica e comercial superior, pelos cavaleiros alemães em consequência de seu melhor conhecimento da agricultura. Além disso, à época da conquista do leste, a estrutura social da Alemanha, com suas forças políticas, havia sido completamente feudalizada. A estrutura social do leste foi, desde o início, adaptada à preeminência social do cavaleiro, e a invasão alemã pouco modificou essa situação. O camponês, mesmo nas mais favoráveis condições de atividade, perdera o apoio que lhe fora dado no período feudal pelas tradições firmes, a velha proteção mútua, a jurisdição da comunidade no *Weistümer*¹ no oeste. O campesinato eslavônico, habitualmente mais numeroso, não conhecia tais tradições. Além disso, no oeste os campos que constituíam as propriedades dos senhores eram, habitualmente, intercalados, pois haviam surgido em terra originalmente livre. Esses campos cruzavam os direitos patrimoniais dos pequenos senhores territoriais em toda parte, e assim, pela sua variedade e conflitos mútuos, asseguravam ao camponês a sua trabalhosa existência. Muito freqüentemente, o camponês estava política, pessoal e economicamente sujeito a diferentes senhores. No leste, a combinação da senhoria e direitos patrimoniais em toda uma aldeia estava nas mãos de um senhor; a formação de uma “propriedade senhorial”, no sentido inglês, era facilitada regularmente porque, com muito mais freqüência do que no oeste, e desde o início, somente uma corte se fundava na aldeia, ou já havia sido criada pela estrutura social eslavônica. E finalmente há um fator importante, que o professor Von Below ressalta: as propriedades dos camponeses no leste, embora

1 Sentenças judiciais que serviam como precedentes no velho Direito alemão.

a princípio de pequenas proporções na totalidade do território de uma aldeia, não obstante eram muito maiores do que era costume no oeste. Portanto, a ampliação da área cultivada de sua propriedade foi, para o senhor, muito mais fácil do que no oeste e também constituiu uma idéia muito menos remota. Assim, desde o início existiu, no método de distribuição da terra, o primeiro elemento de diferenciação entre leste e oeste. Mas a causa dessa diferença nas proporções da propriedade original do senhor agrário relacionava-se com diferenças entre as condições econômicas do leste e as do oeste. Até mesmo na Idade Média, condições de vida consideravelmente diferentes foram criadas para as classes sociais dominantes.

O oeste era mais densamente povoado e, o que é decisivo em nossa opinião, a comunicação local, a troca de bens dentro e entre as menores comunidades locais foi indubitavelmente mais desenvolvida do que no leste. Isso se evidenciou pelo fato de que o oeste contava com número muito maior de cidades. Baseava-se, em parte, no simples fato histórico de que a cultura do oeste era, sob todos os aspectos, mais velha e, em parte, numa diferença geográfica, menos evidente, mas importante: a maior variedade da divisão agrícola do oeste em comparação com o leste. De um ponto de vista puramente técnico, a comunicação nas planícies amplas do leste alemão deve ter encontrado menores dificuldades do que no território muito mais acidentado do oeste. Não obstante, essas possibilidades técnicas de comunicação não determinam o volume do comércio. Pelo contrário, no oeste e no sul, os motivos econômicos do comércio e do desenvolvimento de uma comunicação relativamente intensiva foram muito mais fortes do que nas planícies do leste. Isso ocorreu devido ao fato de que no oeste e no sul as terras baixas, os vales de rios, os planaltos, se intercalam — as condições climáticas e outras condições naturais de produção de mercadorias são perceptivelmente diferentes dentro de distritos pequenos. No leste, porém, as cidades vizinhas freqüentemente nada têm a trocar entre si (mesmo hoje), porque, estando na mesma situação geográfica, produzem as mesmas coisas. As condições históricas e naturais de um comércio local intensivo eram (e ainda são), por essas razões, mais favoráveis no oeste.

Cabe ao professor Von Below o mérito de ter assinalado o fato de que na Idade Média a instituição da cavalaria não se baseava exclusivamente, nem mesmo predominantemente, na posse de terras. Tributos, taxas sobre rios, rendas e impostos, que dependem de um certo volume de tráfico local, tiveram seu papel. Isso era, indubitavelmente, muito menos possível no leste naquela época (bem como hoje). Quem quisesse levar ali vida de cavaleiro tinha de basear sua existência numa renda obtida com suas próprias atividades agrícolas. As grandes organizações para a produção de mercadorias e para o comércio exterior, como as da “Ordem Alemã”, são apenas uma fase diferente desse mesmo

fato. A homogeneidade da produção oriental dirigia o transporte para as regiões mais distantes, e a economia monetária local continuava sendo consideravelmente inferior à do oeste, segundo todos os indícios. Se as únicas estimativas possíveis, ainda bastante incertas, foram pelo menos aproximadamente corretas, as condições de vida do camponês no leste e oeste devem ter sido muito diferentes. É muito pouco provável que o senhor tivesse mergulhado nas operações agrícolas, com o risco, trabalho e o contato pouco cavalheiresco com o mundo mercantil, que elas provocam, se pudesse ter vivido tão bem no leste quanto no oeste, com os tributos, arrendamentos, taxas etc., recolhidos aos camponeses. Mas podemos perguntar por que não era a mesma coisa possível no leste e no oeste. Para que isso ocorresse, os camponeses teriam de ser economicamente capazes de pagar tributos de volume considerável, suficientes para as necessidades do senhor de terras, e não há indícios de que eles tivessem condições para tanto. Isso pressupõe que o interesse pessoal do camponês na produtividade de sua terra havia chegado a um certo grau, que ele próprio havia alcançado certa margem de educação econômica. Mas nada podia, nem pode, substituir a influência educativa que a formação intensiva das comunidades urbanas exerce sobre o camponês, com as comunicações locais bem desenvolvidas, com a oportunidade e estímulo de vender produtos rurais nos mercados o mais próximos possível. Essa grande diferença ainda pode ser vista pela comparação do camponês da planície da Badênia com o camponês do leste.

Não são as diferenças naturais nas qualidades físicas e químicas do solo, ou diferenças no talento econômico das raças, mas o *milieu* econômico, estabelecido historicamente, que é o fator determinante na diferença nos resultados da agricultura camponesa.

Um certo número de cidades, numa determinada área, era necessário para inspirar a massa de camponeses com, pelo menos, o grau de interesse na produção necessário para que o senhor pudesse tirar deles os meios para a sua subsistência, ou usá-los como “fundos de interesse”. Quando estavam ausentes essas influências da cultura, que não podem ser substituídas nem mesmo pelo melhor trabalho e a melhor vontade, o camponês freqüentemente carecia da possibilidade, e sempre do incentivo, de elevar a produção de sua terra além da medida tradicional de suas próprias necessidades.

As cidades no leste eram muito menos numerosas, considerando-se o tamanho das respectivas áreas, do que no oeste e sul. E o desenvolvimento da agricultura extensiva no leste data caracteristicamente de uma época na qual não a ascensão mas o declínio das cidades, e um declínio bastante perceptível, é observado. Devido ao seu excedente de trigo, o leste teve então a sua evolução dirigida como um território de exportação agrícola, com todas as qualidades desses territórios. Essa direção chegou ao auge em nosso século, depois da abolição

das leis de cereais inglesas. Por outro lado, mesmo no término da Idade Média, várias partes do oeste alemão necessitaram de grandes importações de alimentos, principalmente carne. O contraste entre o leste e o oeste talvez se torne mais evidente na diferença de preços de quase todos os seus produtos agrícolas em favor do segundo. Essa diferença só desapareceu recentemente devido aos prêmios ocultos na exportação de cereal, que há uma década vêm sendo concedidos. Até mesmo as estradas de ferro reduziram um pouco essa diferença, que apesar disso continuou, em meados do século passado, a ser muito grande. A condição incerta da história numismática alemã, entre muitas outras dificuldades técnicas, nos impede de obter uma quantidade suficiente de dados fidedignos para a Idade Média, mas parece quase impossível que tenha sido diferente, em geral, durante aquele período, apesar das grandes flutuações em casos particulares.

Se, portanto, o dono de terras desejasse fazer um uso mais intensivo dos camponeses no leste, teria encontrado dificuldades muito maiores, devido à falta tradicional de desenvolvimento do camponês, à fraqueza dos mercados locais para os produtos rurais e à comunicação menos intensa. Eu gostaria de atribuir a essa circunstância uma importância muito maior — é claro que apenas na forma de uma hipótese ainda a ser comprovada pelas fontes — do que antes. Pelo que sei, o dono de terra no leste preferia explorar sua propriedade agrícola não porque a operação em geral fosse tecnicamente mais racional — pois isso também ocorria no oeste —, mas porque era, nas condições estabelecidas historicamente, o único meio econômico possível de obter uma renda maior. Tornou-se um dono de terra, e o camponês, cada vez mais preso ao solo, tornou-se um servo com o dever de dar seus filhos para o senhor, como servidores domésticos, ou fornecer seus cavalos e carroças para a agricultura, ou até mesmo sua força de trabalho para todas as formas de atividade, durante todo o ano, enquanto sua própria terra era considerada, cada vez mais, uma simples recompensa pelo seu trabalho. Apesar da oposição do Estado, o senhor expandia constantemente a terra que cultivava. Quando, mais tarde, ocorreu a emancipação dos camponeses, ela não conseguiu, como o 4 de Agosto na França, eliminar os senhores da estrutura agrária do leste alemão. Um Estado sem dinheiro, com uma indústria ainda não desenvolvida, não podia renunciar facilmente aos seus serviços gratuitos na administração e no exército. Acima de tudo, o decreto revogando os direitos feudais, pelos quais o senhor e os camponeses se viram numa comunidade de produção, não solucionou o ponto mais importante: o destino da terra, que foi considerada posse do senhor, e não do camponês. Declará-la simplesmente propriedade camponesa — como se fez mais tarde na Polônia russa, por motivos políticos, a fim de arruinar a nobreza polonesa — teria aniquilado cerca de vinte mil grandes propriedades na Prússia, as únicas que o país então possuía. Não teria eli-

minado uma simples classe de arrendadores, como ocorreu na França. Portanto, apenas uma parte das propriedades dos camponeses, as maiores, e somente uma parte de suas terras foram poupadas do fechamento pelos senhores: o restante foi por eles apropriado.

O leste continuou sendo, e daí em diante cada vez mais, o centro do capitalismo agrário, ao passo que o capitalismo industrial se localizou principalmente no oeste. Tal processo sustou-se na fronteira russa, que isolava o interior. Uma grande indústria, que poderia ter surgido no leste, desenvolveu-se então bem próxima da fronteira russo-polonesa da Alemanha.

O senhor de terras prussiano do leste, que surgiu sob essas condições, foi um produto social muito diverso do senhor inglês. Este é, geralmente, um arrendador da terra, não um agricultor. Seus tributários não são camponeses, como na Idade Média, mas empresas capitalistas para cultivo da terra. É um monopolizador da terra. A propriedade em seu poder é mantida na família graças a recursos jurídicos artificiosos, que surgiram, como modernos monopólios capitalistas, numa luta constante com a legislação; ele é mantido distante da comunicação, obrigação e divisão pela herança. O dono da terra está fora da comunidade produtora rural. Ocasionalmente, ele ajuda o seu arrendatário com empréstimos de capital, mas sua existência como arrendador é intangível. Como produto social, ele é filho legítimo do capitalismo, crescendo sob a pressão dos efeitos contrastantes, mencionados acima, que o capitalismo produz nos países bem povoados, com uma estrutura social aristocrática. O aristocrata agrário deseja viver como um cavalheiro, no lazer. Normalmente, ele busca rendas, e não lucros. O tamanho tecnicamente suficiente da propriedade e o tamanho da propriedade necessário à sua manutenção não se harmonizam de forma alguma. Em algumas áreas da Alemanha, a operação mais intensiva, por exemplo, exige a diminuição da propriedade; ao passo que o luxo crescente da classe aristocrática exige sua ampliação especialmente quando os preços dos produtos caem. Toda compra, toda compensação de co-herdeiros, onera a propriedade com enormes dívidas, enquanto sua operação se torna mais sensível às flutuações de preços, na medida em que é maior e mais intensiva. Somente numa estrutura social agrária, como a inglesa, tal evolução foi abolida. Isso, com a crescente densidade de população e os crescentes valores da terra, é o que põe em risco em toda parte, hoje em dia, a existência de uma grande agricultura racional, e não o monopólio da terra pelo Estado, exigido por muitos reformadores. Na verdade, o extremo oposto foi o que ocorreu: monopólio privado da terra. Mas este produz, em certos aspectos econômicos, efeitos semelhantes aos do monopólio estatal; retira a terra do mercado e separa a administração da propriedade que podem, agora, seguir cada qual seu caminho. Os interesses do fazendeiro capitalista, lutando pelos lucros empresariais, e os interesses do

dono da terra em rendas e na preservação de uma posição social, que recebeu como herança, correm lado a lado, sem estarem ligados entre si, como ocorre com os proprietários-operadores agrícolas. A significação prática disso é que a flexibilidade da agricultura em face da crise agrícola aumenta de forma vigorosa. O choque recai sobre dois ombros fortes: o monopolizador da terra e o dono de terra capitalista. A crise resulta na diminuição da renda, provavelmente numa mudança de arrendatário, numa diminuição gradual do solo cultivado, mas não na súbita destruição de muitas propriedades ou em qualquer degradação social súbita de muitas famílias proprietárias de terras.

As condições do *Junker* prussiano do leste são muito diferentes. Ele é um empregador rural, um homem totalmente do tipo capitalista, valorizado segundo as proporções de sua propriedade e renda. Dificilmente possuirá mais do que uma e meia a duas "seções" dos Estados Unidos, mas por tradição mantém uma vida faustosa e pretensões aristocráticas. É habitualmente o dono livre do solo que cultiva, que é vendido e hipotecado, avaliado para legados e adquirido, pela compensação, aos co-herdeiros; daí estar sempre onerado pelos interesses correntes. Assim sendo, somente o proprietário está exposto às flutuações dos preços de mercado. O *Junker* está envolvido em todos os conflitos sociais e econômicos, que ameaçam diretamente a sua existência, em todas as épocas. Enquanto a exportação de cereais para a Inglaterra floresceu, ele foi o mais forte defensor do livre-comércio, o mais ferrenho adversário da jovem indústria alemã do oeste, que necessitava de proteção; mas, quando a concorrência das terras mais novas e mais baratas o expulsou do mercado e finalmente o atacou em sua própria pátria, ele se tornou o mais importante aliado daqueles industriais que, ao contrário de outros ramos importantes da indústria alemã, exigiam proteção; uniu-se a eles numa luta comum contra as exigências da força de trabalho, pois nesse meio-tempo o capitalismo também se colocara contra o caráter social do *Junker* e seus trabalhadores. Na primeira metade do último século, o *Junker* era um patriarca rural. Seus trabalhadores agrícolas, o agricultor de cuja terra ele se havia apropriado, não eram de forma alguma proletários. Em consequência da falta de fundos do *Junker*, eles não recebiam salários, mas uma cabana, terra e o direito de pastagem para suas vacas; na época da colheita, uma certa parte do cereal lhes era paga em trigo etc. Eram assim, em pequena escala, agricultores com um interesse direto nas atividades do senhor. Mas foram expropriados pela valorização crescente da terra; seu senhor retinha pastos e terra, guardava o cereal e, em vez dele, dava-lhes salários. Assim, a velha comunidade de interesses dissolveu-se e os agricultores se transformaram em proletários. A agricultura tornou-se uma operação sazonal, limitada a alguns meses. O senhor contratava trabalhadores migrantes, já que a manutenção de mãos ociosas durante todo o ano seria um ônus demasiado pesado.

Quanto mais a indústria alemã crescia no oeste, até atingir seu volume presente, tanto mais a população sofria uma enorme modificação; a emigração alcançou seu auge no leste alemão, onde apenas senhores e servos existiam em distritos demasiado amplos e dos quais os trabalhadores agrícolas fugiam, buscando livrar-se do isolamento e da dependência patriarcal, seja atravessando o oceano para os Estados Unidos, seja para o ar fumarento e poeirento, mas socialmente mais livre, das fábricas alemãs. Por outro lado, os donos de terras importam os trabalhadores que podem para realizar o trabalho: escravos de além-fronteira, que, como mão-de-obra barata, acabam afastando os alemães. Hoje, o dono de terras age como qualquer homem de negócios e tem de agir como tal, mas suas tradições aristocráticas contrastam com tal ação. Ele gostaria de ser um senhor feudal, e não obstante tem de se tornar um empresário comercial e um capitalista. Outras forças, além do *Junker*, procuram roubar o papel do senhor de terras.

Os capitalistas industriais e comerciais começam a absorver, cada vez mais, a terra. Fabricantes e comerciantes, que enriqueceram, compram as propriedades dos cavaleiros, associam a sua posse à família pelo usufruto e usam a propriedade como meio de invadir a classe aristocrática. O fideicomisso do *parvenu* é um dos produtos característicos do capitalismo num país antigo, com tradições aristocráticas e uma monarquia militar. No leste alemão ocorre agora o mesmo que vem ocorrendo na Inglaterra há séculos, até que se consolidaram ali as condições hoje existentes.

A América também experimentará esse processo no futuro, embora somente depois que toda a terra livre se tiver esgotado e a pulsação econômica do país tiver diminuído. Será exato dizer que, por algum tempo, o peso da tradição histórica não esmaga os Estados Unidos e que os problemas originados do poder da tradição não existem aqui; não obstante, os efeitos do poder do capitalismo são mais fortes e, mais cedo ou mais tarde, estimularão o desenvolvimento dos monopólios da terra. Quando o preço da terra se elevar o suficiente para garantir uma certa renda; quando a acumulação das grandes fortunas alcançar um ponto ainda mais alto que o de hoje, quando, ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhar lucros proporcionais pelos novos e constantes investimentos no comércio e indústria tiver baixado a ponto de os “capitães de indústria”, como ocorreu em toda parte no mundo, começarem a lutar pela preservação hereditária de seus bens, ao invés de novos investimentos que trazem tanto lucro como risco — então, na realidade, o desejo das famílias capitalistas de formar uma “nobreza” surgirá, provavelmente não na forma embora de fato. Os representantes do capitalismo não se contentarão mais com um jogo tão inofensivo quanto os estudos de árvores genealógicas e os numerosos aspectos de exclusividade social, tão surpreendentes para o estrangeiro. Somente quando o capital chegar a essa posição e começar a monopolizar a terra em

grandes proporções surgirá nos Estados Unidos uma grande questão social rural, que não poderá ser solucionada com a espada, como a questão dos escravos. Os monopólios e trustes industriais são instituições de duração limitada; as condições de produção sofrem modificações, e o mercado não conhece avaliações duradouras. Seu poder também não dispõe do caráter autoritário e da marca política das aristocracias. Mas os monopólios da terra criam sempre uma aristocracia política.

No que se relaciona com a Alemanha, no leste já se observa, em conseqüência de certas tendências, uma aproximação das condições inglesas; o sudoeste, porém, evidencia semelhanças com a França, em sua estrutura social rural. Mas em geral a criação intensiva de gado, que se observa na Inglaterra, é impossível no leste alemão, devido ao clima. Portanto, o capital absorve apenas a terra mais favorável para a agricultura. Mas enquanto os distritos inferiores na Inglaterra permanecem sem cultivo, como pastos para ovelhas, no leste da Alemanha são colonizados pelos pequenos agricultores. Esse processo tem uma característica peculiar, enquanto duas nações, germanos e eslavos, lutam entre si, economicamente. Os camponeses poloneses, que têm menos necessidades do que os alemães, parecem estar vencendo.

Sob a pressão dos ciclos econômicos o pequeno fazendeiro eslavo, que é frugal, ganha terra do alemão. O avanço do cultivo na direção do leste, durante a Idade Média, baseado na superioridade do cultivo mais antigo e superior, foi modificado sob o princípio capitalista da "mão-de-obra" mais barata. Se os Estados Unidos também enfrentarão problemas semelhantes no futuro, ninguém pode dizer. A diminuição das operações agrícolas nos Estados produtores de trigo resulta, no momento, da crescente intensidade da operação e da divisão do trabalho. Também o número de fazendas de negros está aumentando, tal como a migração do interior para as cidades. Se, com isso, a capacidade de expansão da colonização anglo-saxão-germânica dos distritos rurais, bem como o número de filhos da velha população norte-americana nata, estiveram desaparecendo, e se, ao mesmo tempo, a enorme imigração de elementos do leste europeu crescer, poderá surgir ali, sem demora, uma população rural que não será assimilada pela cultura do país, transmitida historicamente. Essa população poderá modificar, de modo decisivo, o padrão dos Estados Unidos e formar, gradualmente, uma comunidade de tipo bastante diferente da grande criação do espírito anglo-saxão.

Para a Alemanha, todas as questões fatídicas de política econômica e social, e de interesses nacionais, estão intimamente ligadas a esse contraste entre a sociedade rural do leste e a sociedade do oeste com seu maior desenvolvimento. Não me parece correto considerar aqui, num país estrangeiro, os problemas práticos que essa situação provoca. O destino, que nos deu uma história de milhares de anos, que nos colocou num país com uma população densa e uma cultura intensiva,

que nos forçou a manter o esplendor de nossa velha cultura num campo armado, por assim dizer, dentro de um mundo também armado, colocou-nos diante desses problemas. E temos de resolvê-los.

Os Estados Unidos ainda não os conhecem. Este país provavelmente jamais terá de enfrentar alguns deles. Não têm aristocracia antiga, daí não existirem as tensões causadas pelo contraste entre a tradição autoritária e o caráter puramente comercial das condições econômicas modernas. Considera com acerto a compra deste imenso território, em cujo centro estamos aqui,¹ como o selo histórico real impresso sobre as suas instituições democráticas; sem essa aquisição, com vizinhos poderosos e belicistas, ele seria forçado a usar a cota de armas como nós, que constantemente mantemos na gaveta de nossas mesas os nossos aparatos bélicos, para o caso de guerra. Por outro lado, a maior parte dos problemas para cuja solução estamos trabalhando agora só surgirá nos Estados Unidos dentro de algumas gerações. A forma pela qual serão solucionados determinará o caráter da cultura deste continente. Jamais terá sido tão fácil, talvez, para uma nação tornar-se uma grande potência civilizada, quanto o é para o povo americano. Não obstante, de acordo com o cálculo humano, também é a última vez, por toda a duração da história da humanidade, que tais condições de desenvolvimento livre e grande serão proporcionadas; as áreas de solo livre estão desaparecendo em toda parte do mundo.

Um dos meus colegas citou as palavras de Carlyle: “Milhares de anos passaram antes que pudesses ingressar na vida, e milhares de anos terão de esperar em silêncio o que queiras fazer desta tua vida”. Não sei se, como acreditava Carlyle, o homem possa ou queira colocar-se, em seus atos, dentro da gama desse sentimento. Mas uma nação deve fazê-lo, para que sua existência na História tenha valor duradouro.

1 St. Louis.